

OS PARADIGMAS ENFRENTADOS PELOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: INCLUSÃO OU INTEGRAÇÃO?

Ariceli Breguêz Rocha ¹
Elizabella Queiroz da Paixão ¹
Érica Gomes Pinho Pereira Silva ¹
Grasiele Cruz Almeida ¹
Kênia Aparecida Silva Amora ¹
Alcione Januária Teixeira da Silveira ²
grasielealmeida.psi@gmail.com

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências Humanas

PALAVRAS-CHAVES: Psicologia; pessoa com deficiência; inclusão escolar.

INTRODUÇÃO

O Decreto 3.298 assinado em 20 de dezembro de 1999 que dispõe sobre as políticas para integração assegura a pessoa com deficiência e consolida a proteção de seus direitos. Assim como é necessário ajustes arquitetônicos também se faz necessário o respeito à vida e aos direitos humanos, se trata de considerar e respeitar as dores e angústias sem julgamentos (SILVA, 2017). Dentro da legislação a lei nº13.146 de 2015 é responsável por reger o direito de pessoas com deficiência ao âmbito escolar, no intuito de promover a aprendizagem e reelaborando o conhecimento socialmente produzido, levando em consideração que é o dever da administração pública adequar de forma prioritária assuntos relevantes a pessoa com deficiência. As perspectivas da inclusão escolar são primordiais quando se pensa em uma educação de qualidade. Quando falamos de inclusão é o mesmo fato de compreender, entender as necessidades das pessoas com deficiência. Percebe-se que as dificuldades encontradas na inclusão têm haver com a estrutura adequada das escolas e a falta de preparo dos professores. Essa situação se torna mais difícil a cada ano que se passa, pois o número de matrículas de estudantes com deficiência vem aumentando no Brasil como mostra um balanço feito pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) houve um aumento de 32% de matrículas em todo o país (TOKARNIA, 2019). Apesar desse aumento, há um grande desafio a ser superado: acessibilidade, atendimentos especializados e capacitação profissional (GOTTI, 2019). Diante disso, o objetivo do estudo é analisar os paradigmas enfrentados pela inclusão de alunos com deficiência.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, onde foram utilizados artigos pesquisados nas plataformas de busca Scielo, Periódicos Capes e Google

¹ Acadêmicas do curso de Psicologia- Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó.

² Psicóloga – Mestre em Educação – Professora da Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó.

Acadêmico. Os descritores utilizados foram: psicologia, pessoa com deficiência, inclusão escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos últimos anos, em especial a partir da década de 1990, a inclusão escolar de alunos com deficiência tem sido cotidianamente vivenciada nas escolas comuns de todo o país, ainda que se possam lançar muitas críticas ao modo como a perspectiva da educação inclusiva foi sendo concebida e operacionalizada no Brasil (BEZERRA, 2012). Vale ressaltar que a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência na rede pública de ensino e nas salas de aula comuns concretizou-se, sobretudo, com o lançamento, pelo Ministério da Educação (MEC), em 2008, da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Estas têm assegurado o direito de frequentar a escola ao lado das outras crianças e jovens da sua geração, em vez de permanecerem segregadas em escolas, classes ou instituições especiais, como historicamente se verificou na educação brasileira (BUENO, 1993; JANNUZZI, 2006; MENDES, 2010). Glat e Blanco (2007) apud Mazzota & D'Antino (2011) afirmam que embora as escolas tenham um discurso de aceitação à diversidade, não modificam sua prática para dar conta das especificidades de aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos. O discurso vem como resposta a uma obrigação legal e não passa disso, os alunos ficam na sala de aula, aquele que é especial e não sabe o que está fazendo ali e aos outros que o percebem como alguém que não faz nada, que não produz aumentando sua diferença e favorecendo a discriminação. A própria da educação no Brasil possui momentos diferentes e conceitos diferentes quanto ao processo denominado inclusão e a integração. Segundo Plaisance (2005) o termo “integração” se referiria apenas a medidas técnicas e administrativas que foram implantadas para permitir que uma criança ou um grupo de crianças deficientes frequentasse uma escola regular. Assim a escola não responsabilizaria por esse processo, caberia aos alunos se adaptarem a escola. Nesse processo são consideradas as crianças que estudam em instituições especializadas e frequentam concomitantemente a rede regular de ensino, não modificando em nada a estrutura, o funcionamento ou a cultura da escola. A prática da inclusão social não se encontra desvinculada da inclusão escolar, uma não é o início nem o fim da outra, mas se complementam, pois ao considerar a inclusão escolar como manifestação de um entendimento mais amplo de inclusão que abarca as diversas formas de vida social, ou seja, a inclusão escolar se expressa na precisão de um processo educativo de qualidade para todos, independentemente das características particularmente individuais, condições socioeconômicas, raça, gênero e religião (MARTÍNEZ, 2005) Farrell (2004) apud Rocha & Carrara (2011) destacam que as atitudes do psicólogo escolar em relação às necessidades educacionais especiais e à educação inclusiva podem influenciar no processo de inclusão. O psicólogo pode fazer uma grande diferença no processo inclusivo por meio de trabalhos e orientações com pais e professores, mostrando os benefícios e a eficácia

da educação inclusiva, além de desenvolver programas individuais de trabalho e realizar adaptações curriculares (FARRELL, 2004). Afinal, “temos o direito a ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2006, p. 462).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme expresso nesse trabalho é possível observar que nos processos de inclusão, os esforços devem estar voltados em busca de atender as necessidades de cada indivíduo, buscando sempre formação de profissionais envolvidos com o desejo de fazer a diferença. O psicólogo atuante pode intervir com seus saberes e técnicas, possibilitando assim uma prática acolhedora que beneficie e atenda as diferentes necessidades. É importante ressaltar que os processos de inclusão tiveram avanços importantes, mas há muito o que ser desenvolvido, para que a verdadeira inclusão aconteça.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Giovai Ferreira. **A inclusão escolar de alunos com deficiência: uma leitura baseada em Pierre Bourdieu.** Revista Brasileira de Educação, v.22, n.69, abr-jun.2017

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Regulamento a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/D3298.htm>. Acesso em: 22 ago. 2020

BRASIL, 2015, 2015, Lei n. 13.146, de 06 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_Ato2015-2018/2015/Lei/l13146.htm. Acesso em: 22 Ago. 2020.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente.** São Paulo: EDUC, 1993.

FARREL, P. (2004). **Making inclusion a reality for all.** School Psychology International, 25(1),5-19.

GLAT, R.; BLANCO, L. M. V. **Educação especial no contexto de uma educação inclusiva.** In: GLAT, R. (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2007. p. 5-35.

GOTTI, Alessandro. **A Inclusão na Educação: quais os desafios para realmente atender pessoas com deficiência.** Disponível em: <https://novaescola.org.br> 2019. Acesso em: 22 ago. 2020.

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente, na escola.** Revista CEJ, Brasília, n. 26, 2004.

MARTÍNEZ, A. M. **Inclusão escolar: desafios para o psicólogo.** Psicologia escolar e compromisso social. Campinas: Alínea, 2005.

MAZZOTTA, M. J. S.; D'ANTINO, M. E. F. **Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais:** cultura, educação e lazer. In: Saúde Soc. São Paulo, v.20, n.2, 2011.

PLAISANCE, E. **Da educação especial à educação inclusiva:** esclarecendo as palavras para definir as práticas. Revista Educação, 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/20049/13661>, acesso em 22 ago. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, E. F. H. **Justiça Social e as pessoas com deficiência:** da abordagem das capacidades ao modelo JUSTIÇA SOCIAL E as social. REVISTA ESMAT, 2017. Disponível em: disponível em: <https://doi.org/10.34060/reesmat.v9i13.195>
Acesso em: 22 ago. 2020.

TOKARNIA, Mariana. **Cresce o número de estudantes com necessidades especiais.** Agencia Brasil, Brasília, Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br> 2019. Acesso em: 22 ago. 2020.